

A construção civil é uma força viva que vai transformar o Brasil

O ministro da Infraestrutura convocou os empresários do setor a pressionarem o Congresso Nacional a aprovar temas importantes para o país, como a reforma da Previdência



Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, na solenidade de abertura do ENIC

A defesa de uma agenda positiva para o país, que promova a recuperação da economia e mobilize a sociedade para sustentar os avanços necessários à retomada do desenvolvimento, pontuou os discursos da solenidade de abertura do 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), no Windsor Expo Convention Center Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, em 15 de maio. Estiveram presentes autoridades federais e estaduais, como o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e o governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. O evento reuniu cerca de 1.300 participantes – entre empresários, dirigentes e profissionais de todos os segmentos da indústria da construção – e também foi palco da celebração dos 100 anos de fundação do Sindicato da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Sinduscon-RJ), entidade pioneira do associativismo no setor.

O ministro da Infraestrutura destacou os projetos que estão em andamento sob o guarda-chuva

da pasta que comanda e anunciou uma série de privatizações que estão na pauta do governo e que impulsionarão o setor da construção, como a concessão de rodovias, privatização de portos, aeroportos e rodovias, e a retomada de obras paralisadas. “O baixo orçamento nos leva a apostar na criatividade”, ressaltou.

Tarcísio Freitas afirmou que o fato de o atual governo ter mantido a política de infraestrutura que já vinha sendo desenhada por Michel Temer tem sido fundamental para a continuidade de projetos importantes. “Política de infraestrutura não é de governo, mas sim de Estado. Temos que pensar a longo prazo. A construção civil é uma força viva que vai transformar o Brasil”, afirmou.

Na avaliação do ministro, o país tem atraído a atenção de investidores estrangeiros, com os quais ele conversa diariamente, por ter dimensões continentais, escala e mercado consumidor, além de projetos atrativos. “Nossos

“Se a locomotiva não se mexer, as pautas não andam no Congresso. O desafio de projetar o futuro que queremos é de todos nós.”

MINISTRO TARCÍSIO FREITAS

ativos chamam a atenção, e isso traz uma perspectiva de investimentos sem precedentes. Mas estes recursos só virão com a aprovação da reforma da Previdência”, destacou.

Ressaltando a importância do setor, que gera riqueza e empregos e impulsiona o crescimento do PIB, o ministro conclamou o empresariado a pressionar o Congresso Nacional para a aprovação das reformas em pauta. “Se a locomotiva não se mexer, as pautas não andam no Congresso. O desafio de projetar o futuro que queremos é de todos nós. Não quero fazer parte da geração perdida, quero mudar o Brasil

e deixar um legado”, concluiu.

O governador Wilson Witzel anunciou que lançará ainda em 2019 o programa habitacional ‘Casa Nova’, destinado a famílias com renda mensal de até R\$5 mil. A meta é criar 20 mil unidades. Ele destacou ainda que a Cedae prepara a concessão de várias áreas que vão gerar R\$10 bilhões em outorgas e anunciou licitações para o Arco Metropolitano e a ampliação da malha ferroviária no estado, aquecendo a construção civil no mercado fluminense. “Todos sabem que a construção civil é o setor que mais gera empregos”, pontuou.

MOMENTO DE DISRUPÇÃO

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, ressaltou que o Brasil vive um momento crucial e precisa implementar ações para destravar o crescimento. “É um momento de disrupção e de mudanças, que estão ocorrendo a uma velocidade nunca vista antes. As transformações exigem decisões rápidas. É isso que estamos buscando”, enfatizou.

Martins defendeu um plano de ação para aproveitar os efeitos futuros da aprovação da reforma da Previdência. “Nós já estamos convencidos de que a reforma é necessária, mas é preciso vencer também trabalhadores e fornecedores de que esse é o caminho certo”, afirmou, acrescentando: “Não podemos ouvir as vozes do atraso, temos que pensar nos próximos passos.”

Ele cobrou do governo federal a retomada das 4,7 mil obras paralisadas no país, iniciativa que poderá gerar milhares de empregos diretos imediatamente. “A continuidade do trabalho é um dos pontos mais importantes neste

momento, pois estas obras poderão representar geração imediata de empregos e incrementar o PIB em 0,6% neste ano.”

A abertura oficial do evento reuniu ainda Claudio Bonfim (vice-governador do Estado), Tatiana Thomé (vice-presidente de Governo da Caixa), Fernanda Tejada (Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio), Eduardo Eugênio Gouvêia Vieira (Firjan/CNI), Deborah Malone (NAHB/EUA), Roque Ardissoni (FIIC), Joel Krüger (Confea) e Roberto Kauffmann (coordenador-geral do 91º ENIC), além dos anfitriões: João Manuel Fernandes (Sinduscon-Rio), Cláudio Hermolin (Ademi-RJ), Ayrton Xerez (Seconci-Rio).

Promovido pela CBIC e realizado pelo Sinduscon-Rio, em parceria com a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (Ademi-Rio) e do Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio), o ENIC é o principal evento do calendário anual da construção civil. Nesta edição, que teve o objetivo de conectar ideias, pessoas e futuro, o evento reuniu toda a cadeia produtiva do setor, acadêmicos, representantes de entidades e do governo. A programação contou com debates, espaços para networking, feira de exposição, visitas técnicas e congressos técnicos de engenharia.

CAIXA: MCMV SERÁ MANTIDO

O presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães, afirmou, durante painel do 91º ENIC, não haver “nenhuma possibilidade” de descontinuidade do Minha Casa Minha Vida, apesar das dificuldades enfrentadas em função das limitações fiscais do governo federal.

“O programa será mantido, não há nenhuma possibilidade de ser paralisado. O modelo é que tem sido discutido, mas o debate contará com a participação do setor da construção”, disse Guimarães. Segundo ele, os estudos dentro do governo já estão maduros para que as conversas com o setor possam começar em breve. De acordo com o executivo federal, o foco do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do próprio presidente Jair Bolsonaro no que se refere ao MCMV é a faixa de baixa renda, a chamada Faixa 1, na qual o governo federal se compromete a subsidiar até 90% do valor dos imóveis. Guimarães disse que tem viajado nos últimos meses pelas capitais e cidades do interior do país com o objetivo de “entender o poder de alcance do programa nessa faixa de baixa renda”, ressaltando que todo esse esforço não teria nenhum sentido, se fosse para interromper o programa.

Paulo Guedes sugere juros mais baixos para estimular o setor

Diante de um auditório lotado por empresários e executivos da indústria da construção, pressionados por uma queda acumulada de 27,7% do Produto Interno Bruto (PIB) setorial de 2014 a 2018, soaram como música aos ouvidos as palavras do ministro da Economia, Paulo Guedes, em defesa de taxas de juros mais competitivas que estimulem o setor. Durante painel que encerrou o 91º ENIC, o ministro sugeriu que a taxa da Caixa Econômica Federal, ideal para financiamento da casa própria, seria a do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, mais 2% ao ano, reconhecendo o papel da construção como gerador de empregos e dinamizador da economia.

O custo atual do financiamento imobiliário gira em torno de 9% a 11% ao ano, dependendo da

instituição, enquanto o IPCA está girando na casa dos 4% ao ano (4,58% nos 12 meses até abril). Mais à frente, Guedes foi mais explícito, propondo que o lucro da Caixa seja menor para favorecer o financiamento imobiliário.

“Se for para a Caixa dar lucro, privatiza logo. É preciso baixar a taxa de aplicação para estimular o setor produtivo. Eu sou defensor dessa linha: aumenta um pouco para o poupador e baixa

“É preciso baixar a taxa de aplicação para estimular o setor produtivo. Eu sou defensor dessa linha: aumenta um pouco para o poupador e baixa um pouco para o tomador.”

PAULO GUEDES

um pouco mais para o tomador”, disse o ministro.

Guedes afirmou que o governo está preparando medidas de estímulo ao setor produtivo e, embora ressaltando que não pretendia se antecipar ao presidente da República, acabou citando como exemplo a liberação de aproximadamente R\$21 bilhões do PIS/Pasep que deve ocorrer nas primeiras semanas de junho.

Outra possibilidade de aumentar o dinheiro em circulação, defendida pelo ministro, foi substituir a proposta de instituir o 13º salário para o Programa Bolsa Família, medida já anunciada pelo governo – que só teria reflexo na liquidez no final do ano – pela incorporação do valor do 13º ao salário mensal, dividido em 12 parcelas, resultando em aumento imediato.

Presidente da CBIC, José Carlos Martins provocou o ministro



Leonardo Barreto, Aguinaldo Ribeiro, Rodrigo Maia, Paulo Guedes e José Carlos Martins

defendendo que o país se prepare para aproveitar os efeitos positivos da aprovação da reforma da Previdência. “A reforma será aprovada, não temos dúvidas. É preciso estar pronto para o momento seguinte”, afirmou.

Guedes estimulou os dirigentes das entidades do setor a enviarem ao governo sugestões de medida infralegais de estímulo à

atividade econômica, aquelas que não precisam passar pelo crivo do Congresso Nacional, prometendo que as sugestões serão bem acolhidas e colocadas em prática sempre que houver viabilidade fiscal.

As medidas que podem ser tomadas por meio de resoluções funcionariam como ações mitigatórias das dificuldades econômicas, enquanto não se concluem

as reformas estruturantes em debate no Congresso, começando pela Previdência, chamada por Guedes de “a mãe de todas as reformas”, que deve injetar de R\$1 trilhão nas contas públicas no prazo de dez anos.

De acordo com o ministro, tão logo seja aprovada a reforma da Previdência, o governo colocará em pauta o novo Pacto Federativo, que visa destinar a estados e municípios recursos e condições para que eles possam decidir por conta própria em quais prioridades investir.

Essa nova repartição dos recursos públicos começaria com a distribuição entre as três instâncias de poder de mais de R\$100 bilhões com o leilão do excedente da cessão onerosa Petrobras, prevista para o final deste ano. E a terceira seria a reforma Tributária, destinada a simplificar e reduzir a carga de impostos.

“O Brasil só tem dois caminhos: o céu ou o fundo do poço”



Aguinaldo Ribeiro, Rodrigo Maia, Paulo Guedes e José Carlos Martins

O Brasil precisa de políticas públicas de curto prazo que incentivem a retomada de investimentos e a geração de empregos, afirmou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, durante debate com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no encerramento do 91º ENIC. O deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e o cientista político Leonardo Barreto também participaram do debate. Na avaliação de Maia, a reforma da Previdência será aprovada em breve pelo Congresso Nacional e outras importantes medidas estão bem encaminhadas. Entretanto, é fundamental enfrentar a recessão real que há cinco anos afeta a base da sociedade.

O parlamentar mostrou-se preocupado com o risco de aumento do desemprego e de retorno do Brasil ao mapa da fome. “Chegamos a um ponto em que o país só tem dois caminhos: o céu ou o fundo do poço”, disse, defendendo o aumento da participação privada na economia, no contexto de um Estado menor.

Otimista quanto à aprovação pela Câmara das novas leis de licenciamento ambiental e de licitações, que vão trazer segurança jurídica para que o setor produtivo volte a investir, Maia também destacou que, junto com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, trabalha para aprovar uma reforma administrativa, visando à redução das despesas

públicas. “Câmara e Senado vão ter uma agenda muito racional e objetiva de reestruturação do Estado brasileiro”, assegurou.

O parlamentar disse que, nos últimos dois anos, tem acompanhado com atenção a estrutura de gastos no governo que, na sua avaliação, precisam ser reestruturados, pois o Estado brasileiro ficou caro. Um dos principais problemas, segundo ele, é a captação do orçamento por corporações públicas e privadas, que levou ao crescimento excessivo das despesas obrigatórias vinculadas à Previdência. “O problema precisa ser resolvido de forma rápida, pois é uma das grandes injustiças do Brasil. Precisamos voltar a ter um governo com

capacidade de investimentos ou de fazer transferência de recursos para a base”, afirmou.

Maia criticou a polarização política e o uso das redes sociais para contestações ao modelo de democracia representativa liberal, fenômeno que vem ocorrendo em vários países. “Se ficarmos presos às guerrilhas virtuais, não aprovamos a reforma da Previdência e não melhoramos a saúde”. Aguinaldo Ribeiro, um dos debatedores do painel, disse que confia na aprovação da reforma da Previdência e que a reforma tributária seria “um avanço muito importante”. O parlamentar defendeu melhorias no Minha Casa Minha Vida, com o apoio do setor da construção.

A ausência de desenvolvimento é um dos maiores entraves ambientais

Ministro do Meio Ambiente defendeu uma legislação que estimule o setor produtivo a investir e lucrar, e criticou a manipulação ideológica do tema ambiental por uma mentalidade “retrógrada”

Segurança jurídica e simplificação foram apontadas pela indústria da construção como vetores estratégicos para o projeto da nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental no debate promovido no primeiro dia do 91º ENIC, com participação do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, empresários e lideranças do setor e especialistas. O painel “Lei Geral do Licenciamento Ambiental e Segurança Jurídica” foi organizado pelas comissões de Meio Ambiente (CMA), Indústria Imobiliária (CII) e de Habitação de Interesse Social (CHIS), e pelo Conselho Jurídico (CONJUR) da CBIC. “Segurança jurídica, previsibilidade, respeito aos contratos e à propriedade privada são temas que deveriam estar superados há muito tempo”, afirmou o ministro do Meio Ambiente.

“Precisamos ter regras objetivas, que atendam os desafios e riscos envolvidos nos empreendimentos”. Ricardo Salles defendeu uma legislação que estimule o setor produtivo a investir e lucrar, e criticou a manipulação ideológica do tema ambiental por uma mentalidade que chamou de “retrógrada”, por considerar o setor privado corruptor. No painel, correalizado com o SENAI Nacional no projeto Legislações e Políticas Ambientais, o ministro destacou como prioridade de sua pasta a agenda ambiental



Caio Portugal, José Carlos Gama, Nilson Sarti, José Carlos Martins, ministro Ricardo Salles e Marcos André Saes

“Segurança jurídica, previsibilidade, respeito aos contratos e à propriedade privada são temas que deveriam estar superados há muito tempo”

RICARDO SALLES

urbana: “Sem o setor privado, não haverá solução para a questão do saneamento”, observou.

Salles foi aplaudido quando criticou a burocracia que

prejudica a implantação de projetos relevantes, como aqueles voltados para o tratamento de resíduos sólidos, com várias soluções já comprovadas no mundo. “A ausência de desenvolvimento é um dos maiores entraves ambientais, pois sem desenvolvimento não há recursos para investir”, ressaltou.

Para ele, é importante que a legislação ambiental empodere a boa-fé das pessoas ou empresas por meio de um sistema autodeclaratório, como já ocorre em vários países. Outro

ponto que precisa ser resolvido é o conflito de jurisdição, destacou: “É importante que cada órgão se circunscreva à sua atuação”, ressaltou o ministro, que também defendeu a revisão de critérios quanto às zonas de amortecimento das unidades de conservação, de forma a adequar o nível de proteção aos motivos que suscitaram a criação de cada unidade.

NORMAS SIMPLES

Para o advogado e consultor Marcos André Saes, especialista

em meio ambiente, o ponto mais importante a avançar na nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental é a uniformização. “Não precisamos de isenções nem de flexibilização, e sim de simplificação”, disse, acrescentando que hoje existem cerca de 22 mil normas ambientais com dezenas de órgãos intervenientes. “Precisamos de uma lei que seja equilibrada constitucionalmente. Não vejo conflito algum na Constituição Federal entre meio ambiente e desenvolvimento, e é assim que

a legislação deve ser”, enfatizou.

Para o presidente do Conselho Jurídico da CBIC, José Carlos Gama, a aprovação do projeto exigirá uma mobilização social. Está na hora de fazermos o que fizeram os estudantes em 220 cidades brasileiras. Até quando vamos continuar aceitando a insegurança jurídica?”, questionou. Gama disse que endossava as palavras do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, que na abertura do ENIC convocou os empresários a pressionar o Congresso para aprovar as reformas. “Faço minhas as palavras dele. E, para isso, cada um de nós precisa virar a mesa.”

Uma atuação mais presencial de empreendedores e empresários também foi defendida pelo presidente da Aelo, Caio Portugal. “Hoje temos que nos debruçar sobre ações do Judiciário, Legislativo e Executivo, em especial, para continuar empreendendo. Temos que entender cada vez mais que nosso papel deve ser levado diuturnamente ao conhecimento da sociedade”, destacou.

Ao encerrar o debate, o presidente da CBIC, José Carlos Martins, exortou os participantes a mostrar às pessoas que elas vão perder o emprego, se não entenderem que a pauta das mudanças precisa avançar.

Projetos industriais exigem valorização da engenharia e preço justo

Valorização da engenharia e formação de preços assentada na capacitação técnica das empresas. A importância dos dois requisitos para o sucesso dos empreendimentos industriais executados pelo setor da construção foi enfatizada no 91º ENIC nos debates do painel “Caminhos para Viabilizar Projetos Industriais: Planejamento e Inovação”, em que engenheiros especializados e executivos compartilharam a preocupação com os riscos de rompimento de contratos e de resultados insatisfatórios.

O atendimento a clientes industriais responde por um terço

da participação da construção civil no PIB, contabilizada em R\$ 259,9 bilhões, ano passado, pelo IBGE. O presidente da Comissão de Obras Industriais e Corporativas (COIC) da CBIC, Ilso José de Oliveira afirmou que a engenharia deve ser valorizada para que os projetos sejam bem-sucedidos. “Cerca de 30% dos contratos são interrompidos e um mesmo projeto passa por várias (empresas) contratadas. Por isso, é importante a fase de formação de preços”, ressaltou.

O problema, debitado a concorrências e escolhas restritas ao critério do menor preço, está

associado à desvalorização do trabalho de engenharia. “O valor da engenharia só se mede na falta dela, quando os acidentes ocorrem”, disse o ex-diretor de Projetos de Capital da mineradora Vale e presidente da GTEC Consultoria, Galib Abraão Chaim.

Um dos caminhos para a reversão desse quadro é a identificação prévia dos riscos embutidos num projeto. “O contrato tem que ser conversado na fase de tomada de preços, e não na implantação”, afirmou o diretor Operacional da Reta Engenharia, Marcus Cassini.

Para ele, uma má concorrência está diretamente relacionada a problemas futuros do projeto. “O esclarecimento franco dos problemas inerentes à obra é decisivo para o sucesso final”, frisou.

Em linha com a transparência diante dos riscos, o compartilhamento da gestão na execução dos projetos industriais também favorece bons resultados, como destacou o consultor Ricardo Fabel Braga. “As construtoras

têm que entrar mais cedo nos projetos”, defendeu, referindo-se à fase de elaboração e salientando que a valorização da engenharia e a confiança entre as várias partes envolvidas são indispensáveis. “Precisamos fortalecer a ideia de que não só o custo é importante, mas a qualidade também”, completou.

No painel, correalizado com o SENAI Nacional no projeto Fortalecimento das Empresas de Obras Industriais, a inovação projetos industriais teve como exemplo as obras da Dois A Engenharia em dois complexos eólicos no Rio Grande do Norte – Cutia e São Miguel do Gostoso, da Companhia Paranaense de Energia (Copel). “Não se inova só com serviço ou produto, mas também com método”, observou o diretor Técnico, Antônio Medeiros de Oliveira. A construtora apostou no planejamento e criou soluções inéditas em seus processos, como a montagem em tempo recorde da fábrica de torres para os aerogeradores, pré-moldadas em concreto armado.

CBIC LANÇA DUAS CARTILHAS NO ENIC

Atenta ao aumento no número de contratos rompidos e à inviabilização de projetos por sobreposição de responsabilidades, a Comissão de Obras Industriais e Corporativas (COIC) da CBIC lançou duas publicações no segundo dia do 91º ENIC, em correalização com o SENAI Nacional: Contratos de Empreitada na Construção, e Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) nas Obras Industriais. Na indústria da construção, apenas 53% dos projetos são concluídos com sucesso total, informou o coordenador da Subcomissão de Contratos do Sinduscon de Minas Gerais, Thiago Gomes de Melo, que apresentou as cartilhas. A publicação sobre BDI objetiva promover um debate sobre a importância da formação de preços e apresentar tendências.

O diretor Técnico da Refe Engenharia, de Caxias do Sul (RS), Angelo Ricardo Rech, falou sobre o uso do BIM (sigla em inglês para Modelo da Informação da Construção), plataforma de inovação tecnológica que possibilita o acesso a informações digitais sobre todo o ciclo de vida de uma edificação, antecipando a capacidade de impactar os custos da obra. “O uso do sistema pode reverter em lucro para o contratado, e em economia na obra para o contratante”, explicou Rech.



Painel da COIB discute caminhos para viabilizar projetos industriais

Setor espera novo marco legal para universalizar o saneamento

Com 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada e 100 milhões sem serviços de esgoto, segundo dados do Instituto Trata Brasil, o país deveria aplicar R\$ 22 bilhões anuais para universalizar o saneamento nos anos 2030. Como os investimentos públicos e privados somam pouco mais da metade desse valor, o desafio de encurtar a distância entre a realidade e o sonho da universalização depende da adoção de um marco regulatório que fomenta aportes no setor – expectativa que o setor da construção espera ver atendida com a aprovação da MP do Saneamento.

A defesa da Medida Provisória 868, que expira em junho se não for votada no Congresso, foi unanimidade entre os participantes do painel “Caminhos para a Expansão do Saneamento: Inovações e Oportunidades”,



Fabian Folgar, Gesner de Oliveira, Carlos Eduardo Jorge, Nilson Sarti, Pedro Capeluppi e Percy Soares Neto

promovido pelas comissões de Infraestrutura (COINFRA) e do Meio Ambiente (CMA) da CBIC. Além da segurança jurídica para os investimentos, esperada no novo marco regulatório, como assinalou o presidente da CMA, Nilson Sarti, o déficit do saneamento requer aportes em tecnologia, ressaltou o presidente da

COINFRA, Carlos Eduardo Lima Jorge, destacando as perdas de água, que chegam a 38%.

Para o ex-presidente da Sabesp e consultor da CBIC, Gesner Oliveira, a fixação de um marco legal que assegure a concorrência vai dinamizar o saneamento, com estímulo ao desenvolvimento de tecnologia

“O principal objetivo do Ministério da Economia é a universalização do saneamento, com geração de empregos e equilíbrio fiscal dos estados.”

PEDRO CAPELUPPI

e à inovação. Depois de considerar o quadro atual como “uma verdadeira vergonha”, Oliveira salientou: “Na falta de recursos públicos, o aumento da participação privada é indispensável para reduzir o atraso do país nesta área”. Das companhias estaduais do setor, observou ele, somente a Sabesp, Sanepar e Copasa têm capacidade de investimento.

No painel, correalizado com o SENAI Nacional no projeto Gestão da Água na Construção, a atração do capital privado para o saneamento também foi defendida pelo diretor de Programa da Secretaria e Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, Pedro Maciel Capeluppi. Ele fez um retrospecto do déficit de investimentos nacionais em infraestrutura, relacionando o problema com a

contenção dos índices nacionais de produtividade, e apontou urgência no aumento dos aportes. “O principal objetivo do Ministério é a universalização do saneamento, com geração de empregos e equilíbrio fiscal dos estados”, afirmou, acrescentando que mais de 30% das obras paralisadas estão associadas à má qualidade dos projetos.

Os vários arranjos institucionais que a MP do Saneamento pode proporcionar foram abordados pelo diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Percy Soares Neto. Esses caminhos incluem a articulação de municípios vizinhos e outras formas de regionalização dos serviços. “Vamos destravar o saneamento, e grande parte desses investimentos será na construção civil”, afirmou.

Construção 2030: plataforma antecipa o futuro do setor

Ferramenta permite navegar por tecnologias que farão parte da indústria e ajudará empresas a elaborar e executar seus planos

Planejar o futuro a partir dos sinais de inovação do presente é o melhor caminho para não ser atropelado pelo ritmo acelerado das mudanças. Com base nessa premissa, foi lançada uma ferramenta estratégica para a indústria da construção, no painel “O futuro da construção: inovação e trabalho” do 91º ENIC: o Construção 2030, iniciativa da CBIC em correalização com o SENAI Nacional, em projeto técnico de disseminação de tendências e inovações na construção. A plataforma digital está hospedada no endereço www.cbic.org.br/construcao2030.

A plataforma permite navegar por tecnologias que farão parte da indústria da construção civil. Com isso, as empresas terão uma nova ferramenta para ajudar na elaboração e na execução de planos de curto, médio e longo prazos. Drones, casas que se movem de acordo com a incidência da luz, canteiros de obras sem resíduos e tijolos assentados por robôs são algumas inovações que podem ser conhecidas na plataforma.

“É um espaço de análise e compreensão do que vai acontecer, que nos ajudará a navegar pelos sinais do futuro que existem no

presente”, resume Fabio Queda, consultor técnico do projeto Construção 2030, iniciado em 2018 para discutir o futuro do setor no mundo e no Brasil.

A inovação como ferramenta para garantir mais segurança e saúde para o trabalhador do setor foi abordada no painel conjunto, promovido pelas comissões de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT) e de Responsabilidade Social (CRS) da CBIC. Coordenador nacional dos Centros de Inovação do SESI,

Thiago Yhudi Taho citou áreas de risco acessadas por drones e a gestão em tempo real que avalia situações de perigo para o trabalhador.

No painel, correalizado pelo SESI Nacional no projeto técnico segurança e saúde no trabalho na indústria da construção, o especialista no tema Hugo Sefrian Peinado citou jogos virtuais voltados para prevenção. Luis Gustavo Delmont, especialista em Desenvolvimento Industrial do SENAI Nacional, destacou o mercado crescente das construtechs (startups do setor), que já são 350 no país.



Fabio Queda, consultor técnico do projeto Construção 2030

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, informou que a proporção de grandes empresas do setor que usam tecnologia digital aumentou de 63% para 73%, entre 2016 e 2018, “O empresário percebe que não pode ter receio de adotar uma nova postura para o futuro”, afirmou.

Publicitária, futurista e pesquisadora da Rede Crie Futuros,

Datise Biasi chamou a atenção para mudanças nas relações de trabalho e tendências como menos hierarquia, trabalhos remotos e contratos temporários. As inovações não escaparão ao setor de seguros, como destacou o presidente do Plano de Amparo Social Imediato (PASI), Alaor Silva Junior. “O seguro do futuro envolve liberdade de escolha e flexibilidade de atuação”, anunciou.

Ética e compliance na indústria da construção

No momento em que a sociedade exige ética e transparência nas relações comerciais e entre os agentes públicos e privados, a CBIC tem mobilizado empresas, sindicatos e associações do

setor da construção para discutir o tema com funcionários e colaboradores, atualizar códigos de conduta e a criar áreas de Integridade.

Um passo importante nes-

se sentido foi dado durante o painel da Comissão de Responsabilidade Social (CRS) da CBIC no 91º ENIC, com o lançamento do curso de ensino a distância (EaD) sobre ética e compliance para empresas. Com 40 horas e 20 tópicos temáticos, o curso “Ética e compliance na indústria da construção: transformando valores em ações” estará disponível no site da CBIC, a partir de setembro, para associações e sindicatos, que decidirão como e quando disponibilizar o conteúdo para seus colaboradores e parceiros. Cada turma deverá ter 50 alunos, com duração de dois meses.

Nos últimos três anos, a CBIC, em correalização com o SESI Nacional, promoveu 21 seminários sobre o tema e lançou

publicações como o guia que explica o que é o compliance. “É preciso ter procedimentos estruturados e mapas de risco. A sociedade exige que sejamos éticos e que mostremos que somos éticos”, afirmou a vice-presidente de Responsabilidade Social da CBIC, Ana Cláudia Gomes.

No curso a distância, os alunos debaterão legislação anticorrupção; investigação interna e de terceiros; governança; avaliação de riscos e exemplos de empresas punidas. Os detalhes foram apresentados pelo especialista em EaD Tibério Bravim, encarregado por estruturar a capacitação. “O curso é moldável. A partir da primeira turma, vamos avaliar o que andou bem e o que precisa ser ajustado”, informou ele.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: AVANÇOS E DÚVIDAS

Os números apresentados pelo juiz federal do trabalho Marlos Augusto Melek, sobre os avanços obtidos nas relações de trabalho desde que foi promulgada a Lei nº 13.467 (nova Lei Trabalhista), em novembro de 2017, não deixam dúvida quanto aos benefícios trazidos pela mudança da legislação. Entre os dados destacados por ele, chamou atenção a queda de 36,5% no número de novos processos e de 60% de pedidos de reparação moral. A apresentação foi feita durante painel promovido pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC, correalizado com o SESI Nacional em projeto técnico que aborda saúde e segurança no trabalho na indústria da construção. O debate ao final da sessão mostrou que os empresários do setor têm dúvidas quanto aos riscos legais que possam incorrer por interpretações equivocadas da Lei. Uma delas é a separação entre salário e prêmio na hora de cumprir com as exigências legais, segundo afirmou o presidente do Seconci-SP, Haruo Ishikawa.

CONTEÚDO PATROCINADO PRODUZIDO POR GLAB.GLOBO.COM



PRÊMIO CBIC DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 22ª EDIÇÃO

O AMANHÃ VOCÊ PROJETA

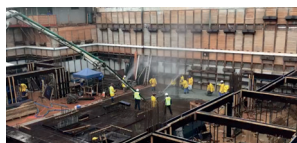
VENCEDORES DO PRÊMIO CBIC DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

CONHEÇA OS PROJETOS QUE MAIS SE DESTACARAM NA 22ª EDIÇÃO.

CATEGORIA SISTEMAS CONSTRUTIVOS



1º LUGAR
IMPACTO
Sistema Pavplus



2º LUGAR
MEENDES LIMA ENGENHARIA
Subsolos estanque e laje de subpressão



3º LUGAR
ITC-CASA EXPRESS
Painéis pré-moldados estruturais de cerâmica e concreto armado para prédios de até 5 pavimentos

CATEGORIA MATERIAIS E COMPONENTES



1º LUGAR
RIOMIX
Eternizando suas embalagens na fabricação de argamassas



2º LUGAR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)
Sistema de proteção contra queda em altura de trabalhadores na construção de edifícios



3º LUGAR
GLASSER PISOS E PRÉ-MOLDADOS
Bloco acústico: uma solução para atendimento a NBR 15575

CATEGORIA PESQUISA ACADÊMICA



1º LUGAR
GEDI - DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
Ecotinta



2º LUGAR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
Concreto com resíduo da lapidação do vidro como substituto parcial ao cimento



3º LUGAR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP) E UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
Argamassa álcali-ativada para o reparo de estruturas de concreto

CATEGORIA GESTÃO DA PRODUÇÃO E P&D



1º LUGAR
TECVERDE ENGENHARIA
P&D para construção de casa em 1 dia



2º LUGAR
PRECON ENGENHARIA
Solução habitacional Precon

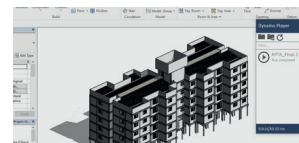


3º LUGAR
APEX ENGENHARIA
MGI - Modelo de Gestão da Inovação

CATEGORIA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)



1º LUGAR
CENTRO DE INOVAÇÃO SESI EM TECNOLOGIAS PARA SAÚDE (CIS)
SEIF - Plataforma tecnológica para trabalho seguro



2º LUGAR
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) E UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
Automatização da informações no processo BIM



3º LUGAR
SINCO ENGENHARIA
Ciclo BIM na construtora

PREPARE SEU PROJETO PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO!

APRESENTADO POR

SESI
PELO FUTURO DO TRABALHO

SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC

“O MCMV está vencido, moradia é um conceito muito mais amplo”

Em entrevista, José Carlos Martins fala sobre mudanças estruturais no programa Minha Casa Minha Vida, retomada do crescimento, ampliação do crédito e redução da burocracia

Mudanças estruturais no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), retomada das 4,7 mil obras paralisadas no país, criação de uma central de recebíveis para ampliar o acesso ao crédito e aprovação da reforma da Previdência são temas que estão na pauta do setor da construção para o futuro próximo, aponta o presidente da CBIC. José Carlos Martins afirma que alguns gargalos sinalizados no ENIC do ano passado permanecem os mesmos e que a única novidade é “a boa vontade do governo de enfrentar os problemas”.

No ENIC do ano passado, o senhor apontou três principais problemas para a retomada do crescimento no setor: insegurança jurídica, crédito limitado e burocracia. O que mudou de lá para cá e quais são os desafios daqui pra frente?

Em realidade, a única coisa que mudou é a boa vontade do atual governo de enfrentar esses pontos. Ainda há muito para avançar. Veja o problema da segurança jurídica: as decisões são tomadas com base nas informações a que se tem acesso hoje. Se as coisas mudam ao longo do tempo, quem



José Carlos Martins, presidente da CBIC

tomou a decisão lá atrás pode ser penalizado no futuro. O crédito é outro problema. É preciso reduzir o risco estrutural, para que as exigências de liberação de recursos sejam menores. Sobre a burocracia, nem é preciso falar. Estudos mostram que 12% do custo final dos imóveis são devidos à burocracia.

Com base nos debates desta edição do ENIC, qual é sua expectativa para o próximo ano, levando em conta as mudanças previstas no MCMV e o novo plano de habitação do governo?

O governo prometeu apresentar um novo programa de habitação até julho. Na nossa avaliação, o

Minha Casa Minha Vida está vencido, tornou-se apenas uma forma de aquisição do imóvel. Moradia é um conceito muito mais amplo, pressupõe convívio com o entorno, e pode ser pensada em um conjunto de formatos para atender a públicos diversos, como a temporária, locação social, leasing. Assim,

podemos construir modelos razoáveis tanto do ponto de vista do investimento público como do atendimento às famílias.

A retomada das 4,7 mil obras paralisadas no país, que consumiram R\$ 70 bilhões e precisam de R\$ 40 bilhões para serem concluídas, está na pauta do setor. Como isso pode ser feito?

Há muitas soluções para diferentes casos, para cada modelo de projeto. Fizemos um trabalho que chamamos de “Um milhão de empregos já na construção”, mostrando que se essas obras forem retomadas podem gerar 500 mil novos empregos. Um exemplo: há 1,8 mil Unidades Básicas de Saúde, que exigiriam R\$ 118 mil, em média, cada uma para ser concluída. Os prefeitos não conseguem terminar porque não têm dinheiro. Então, por que não delegam esta tarefa à iniciativa privada, que teria um período para explorar o serviço, por meio de um plano popular de atendimento à saúde?

Qual é a agenda da construção civil para o próximo ano?

Pela ordem: a reforma de Previdência; colocar o país para

andar e a reforma tributária. Depois da Previdência, o país precisa adotar medidas para reduzir a burocracia e aumentar a segurança jurídica; reativar obras paralisadas; desencadear um programa nacional de concessão da manutenção de rodovias; fazer uso adequado e sem desvios dos recursos do FGTS; aperfeiçoar os mecanismos para a oferta de crédito. Temos defendido a criação de uma central de recebíveis, que permitirá ampliar o crédito. E ainda tem a questão da autorregulação.

Qual foi a grande mensagem desta edição do ENIC?

Nosso encontro, mais uma vez, mostrou a importância da construção e o quanto estamos preparados para uma arrancada. Conseguimos traduzir a mensagem que propusemos na concepção desta edição: futuro, ideias e pessoas. Ninguém veio aqui reclamar de fatura vencida, todos pensaram muito no futuro, de forma muito humanizada, mostrando o potencial e a contribuição que temos a dar. Nossas ideias trazem solução e propostas que podem ajudar o país a encontrar esse futuro que todos desejamos.

CBIC apresenta programa de Habitação de Interesse Social

A proposta tem foco em um conceito mais amplo de moradia, que inclui geração de emprego e renda para as famílias beneficiárias, ocupação de prédios públicos e acesso a serviços básicos

O balanço dos dez anos do Minha Casa Minha Vida (MCMV) mostra acertos e falhas do programa. A dimensão nacional e a participação de empresas de grande e pequeno portes são pontos positivos, que se contrapõem aos problemas observados: construção de unidades longe dos centros urbanos e falta de iniciativas de inserção social. O governo federal pretende lançar um novo plano de habitação para corrigir os rumos do programa, que construiu mais de 4 milhões de moradias populares em todo o país.

No painel “Futuro do mercado imobiliário e do programa MCMV” do 91º ENIC, o presidente da CBIC, José Carlos Martins, apresentou propostas para a criação de um programa de Habitação de Interesse Social, com foco no conceito amplo de habitar. As sugestões incluem

“Não se trata de dar casa própria a todos, mas acesso à moradia digna. A construção de habitações longe dos centros provocou graves problemas, como a favelização das cidades.”

CARLOS HENRIQUE PASSOS

apoio à geração de emprego e renda para as famílias beneficiárias, ocupação de terrenos e prédios públicos e garantia de acesso a serviços e transporte.

O painel foi promovido pelas comissões da Indústria Imobiliária (CII) e de Habitações de Interesse Social (CHIS) da CBIC. “Vamos agregar o que um programa dessa magnitude precisa ter. O maior erro foi não dar o devido valor ao trabalho social. Precisamos avançar e adotar um conceito mais amplo de habitação, com unidades construídas nos grandes centros urbanos, unindo moradia, lazer e serviços, e com fácil acesso a escolas, postos de saúde e transporte”, propôs Martins, que também defendeu a criação de um programa de microcrédito que permita ao morador montar pequenos negócios nas áreas residenciais. “A geração de renda reduz a inadimplência, hoje na casa de 50% na faixa 1, e reaquece a economia”, afirmou.

No painel, correalizado com o SENAI Nacional e associado a projetos técnicos que abordam melhorias no mercado imobiliário e a conexão desse segmento com a infraestrutura urbana, o vice-presidente da área de Habitação de Interesse Social da CBIC, Carlos Henrique

de Oliveira Passos, defendeu o conceito de moradia digna, que vai além da construção das unidades. “Não se trata de dar casa própria a todos, mas acesso à moradia digna. A construção de habitações longe dos centros provocou graves problemas, como a favelização das cidades. A reurbanização desses locais é urgente”, destacou.

O painel debateu medidas para facilitar o acesso ao crédito no mercado imobiliário, que têm sido discutidas pela CBIC com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) e o Banco Central. A proposta é criar uma central de recebíveis.

Para o presidente da Abecip, Gilberto Duarte de Abreu Filho, o controle de recebíveis é fundamental para expandir o crédito. Os empréstimos para financiamento da construção somaram R\$ 115 bilhões, em 2014. Mas as pequenas e médias empresas não foram atendidas pelo sistema bancário.

“A central de recebíveis vai permitir às pequenas e médias acesso a financiamentos imobiliários para construção, sem comprometer as garantias dadas aos bancos. Nossa proposta é que isso seja feito de forma simples e digital”, afirmou Abreu.

GOVERNO REFORMULA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

O novo plano nacional de habitação, que o governo apresentará até julho, terá mudanças significativas no programa Minha Casa Minha Vida, com prioridade para a Faixa 1. “O foco serão as famílias de baixa e baixíssima renda, e a realidade de cada região será levada em conta”, afirmou o secretário nacional de Habitação, Celso Matsuda. Urbanização de assentamentos precários, regularização fundiária, programas de inserção social, retomada de obras paralisadas e parcerias público-privadas estão nos planos do governo para reduzir o déficit de 6,35 milhões de moradias e melhorar as 7,2 milhões que são inadequadas ou carentes de infraestrutura. O vice-presidente de Habitação da Caixa, Jair Luiz Mahl, acredita que haverá melhora da concessão de empréstimos. “O primeiro trimestre deste ano foi o melhor dos últimos quatro, e as perspectivas são boas”, disse. Para o vice-presidente de Indústria Imobiliária da CBIC, Celso Petrucci, as propostas do setor têm muitos pontos em comum com o plano do governo. “Juntos, podemos construir um programa mais amplo e mais barato para a sociedade”, pontuou.



Onyx Lorenzoni assume compromisso federal com habitação e infraestrutura

A disposição do governo de dar continuidade ao programa Minha Casa Minha Vida, retomar obras públicas paralisadas e fomentar investimentos em infraestrutura foi reafirmada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que abriu o painel “Pauta Positiva do Congresso Nacional para a Construção Civil”, do 91º ENIC, conduzido pelo presidente da CBIC, Jose Carlos Martins. “Os senhores não são apenas garantidores de empregos e desenvolvimento, mas também geram sonhos, imprescindíveis ao Brasil”, afirmou.

Lorenzoni disse que o governo está passando um pente fino nas grandes obras paralisadas e chamou de “crime” a interrupção de empreendimentos quase concluídos. Após sua participação no painel, ele reiterou a prioridade governamental conferida ao tema: “Já direcionamos os poucos recursos que temos para o Minha Casa Minha Vida e as obras de infraestrutura, para que o setor da construção civil continue gerando milhares de empregos”.

Para o ministro, a aprovação da reforma da Previdência representará o marco de uma nova fase de

crescimento nacional, favorecido por medidas desburocratizantes e liberalizantes, que vêm sendo adotadas pelo governo – como a redução do número de ministérios, a reestruturação administrativa, a revogação de decretos considerados restritivos à livre iniciativa e o início da digitalização de serviços federais.

Lorenzoni espera que a reforma da Previdência esteja aprovada no Congresso Nacional até julho e pediu que o setor procurasse influenciar parlamentares a favor da proposta. “O Brasil passará a ser um país seguro, do ponto de vista contratual e do seu capital humano, com todas as riquezas que conhecemos, desburocratizado e simplificado, sem as amarras ideológicas que o travaram por 20 anos”, disse.

“Os senhores não são apenas garantidores de empregos e desenvolvimento, mas também geram sonhos, imprescindíveis no Brasil.”
ONYX LORENZONI



Empresários do setor e representantes do governo debatem propostas para a habitação